

<b>NOTAS DA AVALIAÇÃO DOS ESTUDOS</b>		
Geração Distribuida		
<b>Participante</b>	<b>Nota</b>	<b>Classificação</b>
HIGRA INDUSTRIA LTDA	<b>15,74</b>	<b>2</b>
Associação entre as empresas ENGECONSULT CONSULTORES TÉCNICOS LTDA; SUNLUTION SOLUÇÕES EM GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA; e MA3 GESTÃO EMPRESARIAL LTDA	<b>69,56</b>	<b>1</b>

<b>NOTAS DA AVALIAÇÃO DOS ESTUDOS</b>		
Geração Distribuida		
<b>Participante</b>	<b>Nota</b>	<b>Classificação</b>
TRIFASE SOLUÇÕES EM ENERGIA LTDA	<b>70,05</b>	<b>3</b>
AVALIAÇÃO - Associação entre as empresas ÍNTEGRA PROJETOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA; SOMA CONSULTORIA EM GESTÃO ENERGÉTICA LTDA; e ENERGO ENGENHARIA E CONSULTORIA EM ENERGIAS LTDA	<b>83,50</b>	<b>1</b>
Associação entre as empresas TECHNE ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA; NOVA ENGEVIX ENGENHARIA E PROJETOS S/A; QUANTA CONSULTORIA LTDA; e F2B - FOTOVOLTAICO FLUTUANTE BRASIL LTDA	<b>82,28</b>	<b>2</b>

ITENS PARA AVALIAÇÃO		AVALIAÇÃO - HIGRA INDUSTRIA LTDA		AVALIAÇÃO - Associação entre as empresas ENGECONSULT CONSULTORES TÉCNICOS LTDA; SUNLUTION SOLUÇÕES EM GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA; e MA3 GESTÃO EMPRESARIAL LTDA	
Estudo	Descrição	Atende minimamente? (Sim = 1 / Não = 0)	Comentários	Atende minimamente? (Sim = 1 / Não = 0)	Comentários
1.1	Resumo da Proposta 5.1.1.1.O Caderno I deverá conter a síntese dos estudos de viabilidade, abordando as informações que deverão estar presentes nos demais Cadernos, de forma a apresentar um conteúdo ao mesmo tempo sintético, podendo ser utilizados recursos gráficos, tabelas, quadros, planilhas, desenhos e figuras que melhor auxiliem na compreensão da proposta oferecida.	1		1	
1.2	Resumo da Proposta ii. Geração Distribuída: A Resolução Normativa nº 482/2012, revisada pela Resolução Normativa nº 687/2015 da ANEEL ou suas substitutas;	1		1	
1.3	Resumo da Proposta Obs: O Proponente deverá indicar uma das duas opções acima; i. Entende-se que mesmo que a solução apresentada seja geração local, a mesma deverá enquadrar-se em uma das modalidades acima; ii. Indicação se a geração/consumo será local e/ou remoto;	1		1	
1.4	Resumo da Proposta i. Apresentação da tecnologia ou conjunto de tecnologias, justificando a escolha da(s) mesma(s) e detalhando suas principais vantagens e desvantagens, custos e benefícios, bem como explicitando sinergias de uso, quando propostas em conjunto;	1	Usina Compacta de Hidrogeração Anfíbia, sistema elétrico de automação e controle e demais periféricos constituintes.	1	Produção de energia solar fotovoltaica flutuante.
1.5	Resumo da Proposta ii. Prazo médio de implantação de cada tecnologia proposta e vida útil do empreendimento;	0	Fase de Implantação (12 meses) faltou a vida útil do equipamento	1	As usinas solares fotovoltaicas projetadas possuem um prazo médio de implantação de 8 (oito) meses, com vida útil de mais de 20 anos
1.6	Resumo da Proposta i. Descrição e especificações dos elementos do projeto, contemplando estimativa aproximada de investimentos (por kW) e custos operacionais médios (por kWh);	0	O valor estimado por kW instalado é de R\$ 23.226,50. Faltaram os custos operacionais médios (por kWh)	1	Serão projetadas 3 sistemas de usinas fotovoltaicas, a serem implantados na Barragem de Duas Unas, Barragem de Pirapama, Barragem Tapacurá (1 sistema por reservatório). Cada sistema será composto por 5 ilhas de 1 MWp/ano, totalizando 5 MWp/ano/reservatório e 15 MWp/ano para todo o sistema. Tal concepção de projeto permite uma folga de cerca de 1,8 MWp/ano (ou 3.060 MWh/ano) para absorver aumentos futuros no consumo das unidades da Compesa. Custo de investimento: R\$ 4.500,00 (por kWh); custos operacionais médios: R\$ 3,57 (por MWp).
1.7	Resumo da Proposta c) Panorama legal da execução do projeto;	1		1	
1.8	Resumo da Proposta d) Localização e adequabilidade do projeto, considerando a necessidade de identificação do local (terrenos, telhados entre outros) adequado, observada a legislação cabível;	1	VRP Pirapama/Ponte dos Carvalhos, VRP Pirapama/Cabo Sto Agostinho, Barragem Tapacurá, Barragem Jucazinho, Barragem do Prata, Adutora do Agreste: Derivação PE-Pesqueira, ETA Bitury Belo Jardim, ETA Salgado - Caruaru, ETA Nova Agrestina - BR 104, ETA Petropolis - Caruaru	1	

1.9	Resumo da Proposta	g) Parâmetros que nortearão a concepção do projeto, como: (1) Tipos de Unidades de Consumo (2) localização; (3) área disponível e previsão de margem de segurança, técnica e ambiental, ou ampliações, caso necessário; (4) serviços a serem prestados após a implementação, além de outros aspectos relevantes para o estudo em consonâncias com as normas vigentes do Setor Elétrico.	1		1	
2.1	Estudo de Engenharia e afins	a) Mensuração e projeção de demanda;	1		1	
2.2	Estudo de Engenharia e afins	b) Estudos de engenharia/programa de investimento;	1		1	
2.3	Estudo de Engenharia e afins	c) Estudos operacionais/indicadores de desempenho; e	0	Não foram apresentados estudos operacionais e indicadores de desempenho	1	
2.4	Estudo de Engenharia e afins	d) Estudos socioambientais.	1		1	
2.5	Estudo de Engenharia e afins	I. Definição das rotas tecnológicas constituintes do projeto, que deverão atender aos conceitos de energia renovável (usinas hidráulicas, eólicas, solares ou biogás);	1		1	
2.6	Estudo de Engenharia e afins	II. Estruturação dos serviços componentes da rota tecnológica, com cronologia de implementação das usinas de geração de energia;	1		1	
2.7	Estudo de Engenharia e afins	III. Definição das unidades consumidoras com melhores potenciais que irão se beneficiar da geração de energia na Compesa;	1		1	
2.8	Estudo de Engenharia e afins	i. Conexão ao sistema de distribuição da concessionária ou rede básica do SIN;	1		1	
2.9	Estudo de Engenharia e afins	ii. Considerando preferencialmente a localização em regiões de menor desenvolvimento econômico, com vistas a seu crescimento;	1		0	Não foi considerada a implantação de unidades em região de menor desenvolvimento econômico
2.10	Estudo de Engenharia e afins	iii. Considerando preferencialmente a localização em municípios que possuam sistemas, ou unidades, operados pela COMPESA.	1		1	
2.12	Estudo de Engenharia e afins	VI. Previsão de isenções tributárias já estabelecidas em legislação; mitigação de custos de conexão ao sistema elétrico; mitigação de custos de disponibilidade na geração;	1		1	
2.13	Estudo de Engenharia e afins	VII. Atividades de operação, manutenção e reinvestimento necessárias para o adequado funcionamento do empreendimento (incluindo descrição das atividades, equipe necessária e periodicidade recomendada de cada serviço técnico);	1		1	
2.14	Estudo de Engenharia e afins	VIII. Plano indicando as variáveis de desempenho a serem monitoradas para garantir o desempenho contratado e eventual necessidade de atualização da tecnologia em função da vida útil dos equipamentos;	1		1	
2.15	Estudo de Engenharia e afins	IX. Indicação de forma de distribuição, entre a COMPESA e parceiro privado, de riscos técnicos relacionados ao Projeto, com fundamentação da alocação;	0	Não foi apresentado estudo detalhado de distribuição de riscos	0	Não foi apresentado estudo detalhado de distribuição de riscos
2.16	Estudo de Engenharia e afins	X. Relação de seguros a serem contratados pelo parceiro privado que sejam pertinentes ao adequado desenvolvimento do Projeto.	0	Não foi apresentado estrutura de seguros do empreendimento	1	
2.17	Estudo de Engenharia e afins	a) Área de abrangência do sistema;	1		1	
2.18	Estudo de Engenharia e afins	b) Projeção de demanda;	1		1	
2.19	Estudo de Engenharia e afins	c) <i>Market Sounding</i> ;	0	Não foi apresentado estudo de market sounding	1	
2.20	Estudo de Engenharia e afins	d) Estudos de redução de custos;	1		1	
2.21	Estudo de Engenharia e afins	e) Análises de <i>benchmarking</i> .	0	Não foi apresentada análise de benchmarking	1	
2.22	Estudo de Engenharia e afins	a) Análise de <i>due diligence</i> , contendo inventário da infraestrutura existente, situação patrimonial e avaliação da capacidade instalada (quando aplicável);	0	Não foi apresentada análise de due diligence	1	

2.23	Estudo de Engenharia e afins	b) Diagnóstico da infraestrutura existente, com a identificação do estado de conservação e indicação de ações necessárias ao restabelecimento das capacidades operacionais, caso precisem;	1		1	
2.24	Estudo de Engenharia e afins	c) Descritivo conceitual com infraestrutura necessária, acompanhada das especificações mínimas para todas as instalações, equipamentos/acessórios e serviços a serem prestados;	1		1	
2.25	Estudo de Engenharia e afins	d) Cronograma físico das obras de implantação;	1		1	
2.26	Estudo de Engenharia e afins	e) Estimativa de custos (CAPEX) das ações identificadas no item b), bem como das instalações a serem implementadas, utilizando as tabelas de referência da COMPESA e SINAPI mais atualizadas;	0	Não foi apresentado estimativa de custos considerando a adequação das infraestruturas existentes	1	
2.27	Estudo de Engenharia e afins	f) Capacidade total (em potência instalada) das usinas de geração de energia, da produção média de energia ao longo do tempo, considerando degradações por desgaste e defasamento de tecnologia no tempo, até o final de sua vida útil, incluindo informações sobre sua capacidade mensal;	0	Não foi apresentado estudo relativo a degradação da capacidade de geração do empreendimento	1	
2.28	Estudo de Engenharia e afins	g) Descrição e análise da Plataforma tecnológica disponível no mercado para a prestação dos serviços, bem como suas vantagens e desvantagens, considerando sustentabilidade ambiental, social e financeira;	0	Não foi realizado estudo de vantagens e desvantagens da plataforma tecnológica	1	
2.29	Estudo de Engenharia e afins	h) Sistemas e equipamentos necessários, incluindo a previsão para atualizações;	1		1	
2.30	Estudo de Engenharia e afins	i) Quadro mínimo de áreas para instalação de usinas geradoras;	1		1	
2.31	Estudo de Engenharia e afins	j) Diretrizes construtivas;	1		1	
2.32	Estudo de Engenharia e afins	k) Identificação, mapeamento e caracterização das áreas abrangidas pelo projeto, contendo planta de situação do entorno do empreendimento e estudos topográficos e/ou geotécnicos, quando aplicável;	1		1	
2.33	Estudo de Engenharia e afins	l) Análise de regularidade da implantação deste tipo de empreendimento perante as autoridades competentes; e	1		1	
2.34	Estudo de Engenharia e afins	i. da autoridade fiscalizadora do contrato;	0	Não foi apresentado a matriz de responsabilidades deste stake holder	1	
2.35	Estudo de Engenharia e afins	ii. da Agência Reguladora Aplicável;	0	Não foi apresentado a matriz de responsabilidades deste stake holder	1	
2.36	Estudo de Engenharia e afins	iii. do Verificador Independente;	0	Não foi apresentado a matriz de responsabilidades deste stake holder	1	
2.37	Estudo de Engenharia e afins	iv. do Operador privado;	0	Não foi apresentado a matriz de responsabilidades deste stake holder	1	
2.38	Estudo de Engenharia e afins	v. do Agente Financeiro;	0	Não foi apresentado a matriz de responsabilidades deste stake holder	1	
2.39	Estudo de Engenharia e afins	vi. da Concessionária ou Transmissora de energia; e	0	Não foi apresentado a matriz de responsabilidades deste stake holder	1	
2.40	Estudo de Engenharia e afins	vii. dos órgãos públicos envolvidos.	0	Não foi apresentado a matriz de responsabilidades deste stake holder	1	
2.41	Estudo de Engenharia e afins	b) Estruturação do plano de operação, conservação, manutenção, recuperação e modernização da infraestrutura, de modo a garantir que as condições operacionais dos serviços concessionados mantenham-se adequadas durante toda a vigência da concessão;	0	Não foi estruturado plano de operação, conservação, manutenção, recuperação e modernização da infraestrutura	1	
2.42	Estudo de Engenharia e afins	c) Identificação e mapeamento dos macroprocessos;	0	Não foi apresentado estudo de identificação e mapeamento de macroprocessos operacionais	1	

2.43	Estudo de Engenharia e afins	d) A estimativa de custos e despesas para a operação (OPEX), de modo que as estimativas sejam segregadas no maior nível de detalhamento possível, dividindo-se no mínimo entre administração, apoio à operação, manutenção geral das instalações, tecnologia da informação, limpeza e conservação, vigilância, considerando que também poderão ser encaminhadas propostas que abarquem outros itens que se julgar relevantes;	0	Não foi apresentada estimativa de despesas operacionais	1	
2.44	Estudo de Engenharia e afins	e) Projeção do prazo ideal para a concessão (do contrato), dentro dos limites da legislação vigente e também devidamente justificado por meio das análises e cálculos que a motivaram;	0	Não foi apresentada justificativa para projeção de prazo ideal do contrato	1	
2.45	Estudo de Engenharia e afins	f) Projeção de demanda para utilização das estruturas de operação para os serviços a serem concessionados, contemplando todo o período de concessão proposto, acompanhada da memória de cálculo que evidencie as variáveis independentes e as premissas utilizadas;	0	Não foi apresentado estudo de projeção de demanda	1	
2.46	Estudo de Engenharia e afins	g) Plano de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, avaliando e justificando a necessidade de contratação de verificador independente;	0	Não foi apresentado plano de fiscalização do contrato	1	
2.47	Estudo de Engenharia e afins	h) Proposta de sistema de mensuração de desempenho com indicadores que permitam estabelecer e avaliar o nível de serviço, contendo seu objetivo, forma de medição, unidade de medida, periodicidade do cálculo/afirmação, fonte de coleta de dados, forma de apresentação da nota e ainda observações necessárias para dirimir dúvidas ou dupla interpretação.	0	Não foi apresentada proposta sistema de mensuração de desempenho	1	
2.48	Estudo de Engenharia e afins	a) Pesquisa de indicadores socioambientais;	0	Não foi apresentada pesquisa de indicadores socioambientais	1	
2.49	Estudo de Engenharia e afins	b) Verificação e avaliação do impacto ambiental do sistema;	1		1	
2.50	Estudo de Engenharia e afins	c) Avaliação dos impactos e riscos ambientais associados à implementação da infraestrutura e operação do sistema, bem como definição de um conjunto de iniciativas e ações para a preservação e restauração dos recursos ambientais e qualquer resíduo de interesse científico, geológico, histórico e arqueológico, mantendo sua disponibilidade e uso racional;	1		1	
2.51	Estudo de Engenharia e afins	d) Indicadores de desempenho da gestão ambiental e social do concessionário;	1		1	
2.52	Estudo de Engenharia e afins	e) Propostas de contratação de mão de obra local para implantação dos empreendimentos; e	0	Não foi apresentada proposta de contratação de mão de obra local para a implantação dos empreendimentos	1	
2.53	Estudo de Engenharia e afins	f) Propostas de ações de educação ambiental.	1		1	
2.54	Estudo de Engenharia e afins	5.1.2.7. Os estudos socioambientais não substituirão em hipótese alguma aqueles que serão requeridos no Termo de Referência – TR, expedido pelo órgão licenciador, a exemplo do relacionado com os Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, quando aplicável ao empreendimento, no momento do procedimento do licenciamento ambiental.	0		1	
3.1	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	a) Modelo econômico-financeiro;	0	Não foi apresentado o material descrevendo os itens e subitens do CADERNO III - Estudos econômico-financeiros, bem como a planilha (em excel) da modelagem econômico-financeira. Tendo em vista que foi apresentada apenas planilha orçamentária, a comissão entende que não foi apresentado o elemento essencial do CADERNO III.	1	A maioria dos termos e expressões no modelo econômico-financeiro foram apresentados em expressões em língua estrangeira, o que dificultou as análises e com isso diminuiu a clareza e a objetividade do modelo.
3.2	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	b) Modelo de negócio;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	

3.3	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	c) Estrutura de financiamento; e	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.4	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	d) <i>Value for money</i> .	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	0	Não foi identificado esse item
3.5	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	5.1.3.2.O presente Caderno tratará da descrição detalhada de todos os investimentos a serem realizados vinculados às premissas utilizadas, contemplando desde instalações físicas, equipamentos industriais a serem instalados, até mobiliários e veículos necessários para operação, além de custos de prestação dos referidos serviços durante todo o período de concessão, bem como medidas mitigadoras que se fizerem necessárias	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.6	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	5.1.3.3.Deverão ser consideradas as normas internacionais de contabilidade (IFRS) na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis projetadas.	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.7	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	5.1.3.4.Deverão ser encaminhadas planilhas digitais abertas, automatizadas e desbloqueadas, contendo o modelo econômico-financeiro da concessionária ao longo de todo o prazo de concessão, evidenciando todas as premissas utilizadas para a sua elaboração, expondo as fórmulas de cálculo e a origem dos dados.	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.8	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	a) Proposta de modelo de financiamento, com base na análise de viabilidade financeira, bem como do valor da contraprestação pública;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.9	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	b) Indicação de instrumentos tributários e urbanísticos de arrecadação e recuperação de mais valia fundiária que viabilizem a implantação do projeto;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.10	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	i. pré-implantação – estudo de viabilidade ambiental, econômico e social, aquisição de terrenos e/ou regularização fundiária, projetos e licenciamentos ambientais, etc.;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.11	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	ii. implantação – definição, aquisição e arrendamento da área (quando aplicável), projetos executivos, aprovação da conexão na concessionária/transmissora de energia, obras civis (quando aplicável), fornecimento de materiais e equipamentos, montagem eletromecânica, comissionamento, conexão com o sistema elétrico;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.12	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	iii. operação;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.13	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	iv. encerramento e monitoramento.	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.14	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	i. calcular e projetar os custos variáveis da operação do sistema proposto;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.15	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	ii. calcular e projetar os custos fixos da operação do sistema proposto;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.16	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	iii. calcular e projetar as despesas da concessionária; e	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.17	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	iv. calcular e projetar os tributos e taxas de regulação/fiscalização pagos pela concessionária.	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.18	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	i. incorporar a projeção detalhada de cada item da receita anual da concessionária;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.19	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	ii. incorporar a projeção detalhada de cada item das despesas e custos anuais da concessionária (despesas diretas, indiretas, tributos, depreciação, etc.);	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.20	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	iii. projetar, detalhadamente, a despesa com o custo de capital necessário para o financiamento do investimento;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.21	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	iv. explicitar o WACC do empreendimento, bem como o Ke da empresa, ou grupo;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.22	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	v. elaborar Plano de Investimentos e Reinvestimentos contendo no mínimo: detalhamento e estimativa dos Investimentos fixos e pré-operacionais; cronograma de Investimento; quantificação da necessidade de capital de giro; detalhamento e estimativa dos reinvestimentos; Cronograma dos Reinvestimentos; Critérios para Reversibilidade de Bens Reversíveis;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.23	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	vi. estimar faturamento;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	

3.24	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	vii. elaborar demonstrações de resultado;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.25	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	viii. considerar os efeitos tributários da desapropriação e outros instrumentos que busquem eficiência tributária do negócio;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.26	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	ix. elaborar o Fluxo de Caixa detalhado do projeto;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.27	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	x. calcular os indicadores econômicos (TIR, VPL, Breakeven, Payback, dentre outros) e indicar a forma mais adequada de condução do processo licitatório de concessão (licitação em lote único ou vários lotes), considerando a presença de economias de escala nessas diferentes configurações de lote;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.28	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	xi. apresentar cenários distintos, considerando o aporte ou não de recursos por parte dos municípios;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.29	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	xii. estimar a contraprestação pública para a viabilidade do negócio e definição das garantias de pagamento.	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.30	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	f) Relatório contendo matriz de riscos e sua quantificação – analisar os possíveis riscos, inclusive de demanda, inovação tecnológica, ambientais; e obtenção das licenças necessárias bem como outros que sejam capazes de afetar a operacionalização do negócio;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.31	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	i. indicar quais indicadores compõem o Quadro de Indicadores, bem como a forma de cálculo;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.32	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	ii. considerar eventos de <i>stress</i> dos indicadores de desempenho nos indicadores financeiros;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.33	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	iii. descrição de procedimentos, forma e periodicidade em que cada indicador de desempenho será medido.	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.34	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	i. a forma com que os indicadores de desempenho interferirão na remuneração;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.35	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	ii. o prazo de duração do contrato;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.36	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	iii. o regime tributário aplicável aos investimentos e receita do concessionário;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.37	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	iv. indicação de critérios para atualização monetária do contrato;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.38	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	i) Relatório sobre a estrutura de garantias necessárias à concessão, devendo incluir o resultado da realização das seguintes tarefas:	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.39	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	i. identificação do volume, tipo e características das garantias necessárias para assegurar a atratividade econômica da concessão;	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.40	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	ii. estudo de Custo de Oportunidade do concessionário.	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
3.41	Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	j) Análise de viabilidade financeira, a partir dos custos levantados para implantação do sistema e das estimativas de receita e ganhos financeiros provenientes de sua implantação e operação, de forma a permitir a definição do modelo de financiamento, tempo mínimo de retorno dos investimentos, taxa interna de retorno (TIR) e contraprestação.	0	Não foi apresentada modelagem econômico-financeira	1	
4.1	Modelagem Jurídica	a) Edital;	1		1	
4.2	Modelagem Jurídica	b) Contrato; e	1		1	
4.3	Modelagem Jurídica	c) Matriz de risco.	0	Não foi apresentada matriz de riscos	1	
4.4	Modelagem Jurídica	5.1.4.2. Os Estudos Jurídicos deverão envolver a análise da fundamentação legal e regulatória, bem como propor formas de contratação, considerando as premissas constantes deste Edital de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI.	0	Não há análise legal ou regulatória do modelo proposto	1	
4.5	Modelagem Jurídica	5.1.4.3. As proposições acerca das modalidades de contratação deverão ser embasadas em avaliação jurídica da viabilidade dos modelos institucionais alternativos, ou complementares, para financiamento e implantação do projeto, além de detalhadamente justificadas e fundamentadas.	0	Não há avaliação jurídica da viabilidade do modelo proposto	1	
4.6	Modelagem Jurídica	a) a modelagem para constituição de consórcio, se for o caso;	1		1	

4.7	Modelagem Jurídica	b) as responsabilidades do Consórcio, se for o caso, da Compesa, da Concessionária/Transmissora de Energia, de Agência Reguladora e de eventuais outros agentes envolvidos;	1		1	
4.8	Modelagem Jurídica	d) mapeamento das opções que os Consórcios, ou parcerias, para viabilizar o arranjo jurídico necessário para a implementação do projeto;	1		1	
4.9	Modelagem Jurídica	e) pareceres jurídicos fundamentados com análise da viabilidade jurídica do modelo proposto (aspectos constitucionais, regulatórios, administrativos, ambientais, civis, trabalhistas, e tributários), inclusive com estudo de casos similares anteriores, indicando legislação, doutrina e jurisprudência (inclusive dos Tribunais de Contas) sobre o modelo;	0	Não foram apresentados pareceres jurídicos fundamentados	1	
4.10	Modelagem Jurídica	ii. minuta do Edital de Licitação, com definição do objeto da contratação ou parceria e todos os seus anexos;	1		1	
4.11	Modelagem Jurídica	iii. minutas dos instrumentos contratuais (contratos, termos de parceria, convênios de cooperação, contratos de programa, etc.).	1		1	
4.12	Modelagem Jurídica	g) critérios de julgamento da licitação;	1		1	
4.13	Modelagem Jurídica	h) critérios de qualificação técnica e econômico-financeira ou os requisitos para a celebração das parcerias e eventuais condições precedentes à assinatura do contrato ou termo;	1		1	
4.14	Modelagem Jurídica	i) o prazo e o valor estimado do instrumento contratual;	0	Não foi apresentada estimativa de valores	1	
4.15	Modelagem Jurídica	j) o mecanismo de remuneração do concessionário e as fontes de receitas deste;	1		1	
4.16	Modelagem Jurídica	k) a matriz de risco e as medidas mitigatórias de eventual responsabilização do poder público no tocante às obras e serviços;	0	Não foi apresentada matriz de riscos	1	
4.17	Modelagem Jurídica	m) as obrigações das partes, incluindo a eventual descrição de seguros de contratação obrigatória pelo concessionário;	1		1	
4.18	Modelagem Jurídica	n) As hipóteses de infração e as respectivas sanções aplicáveis;	1		1	
4.19	Modelagem Jurídica	o) o mecanismo de regulação e fiscalização da parceria ou contrato;	1		1	
4.20	Modelagem Jurídica	p) a estrutura de garantias;	1		1	
4.21	Modelagem Jurídica	i. O objeto e seus elementos característicos;	1		1	
4.22	Modelagem Jurídica	ii. O regime de execução ou a forma de fornecimento;	1		1	
4.23	Modelagem Jurídica	iii. índices de desempenho a serem considerados;	1		1	
4.24	Modelagem Jurídica	iv. hipóteses de rescisão e os mecanismos para alterações de seus termos;	1		1	
4.25	Modelagem Jurídica	v. valores das indenizações;	N.A		1	
4.26	Modelagem Jurídica	vii. reversão dos bens ao final do contrato;	1		1	
4.27	Modelagem Jurídica	viii. previsão da regulação e fiscalização do contrato pela Agência Reguladora, e/ou Compesa;	1		1	
4.28	Modelagem Jurídica	ix. o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;	1		1	
4.30	Modelagem Jurídica	xi. as garantias oferecidas para assegurar a plena execução do objeto contratual, quando exigidas;	1		1	
4.31	Modelagem Jurídica	xii. os direitos e as responsabilidades das partes, as tipificações das infrações e as respectivas penalidades para o inadimplemento das obrigações e valores das multas;	1		1	
4.32	Modelagem Jurídica	xiv. estabelecimento de regras de pagamento vinculadas ao desempenho na execução do contrato, por meio de padrões de qualidade e disponibilidade previamente definidos;	1		1	
4.33	Modelagem Jurídica	xvi. a vinculação ao instrumento convocatório da respectiva licitação, bem como ao lance ou proposta do licitante vencedor;	1		1	
4.34	Modelagem Jurídica	xvii. a obrigação do contratado de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;	1		1	



ITENS PARA AVALIAÇÃO			AVALIAÇÃO - HIGRA INDUSTRIA LTDA		AVALIAÇÃO - Associação entre as empresas ENGECONSULT CONSULTORES TÉCNICOS LTDA; SUNLUTION SOLUÇÕES EM GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA; e MA3 GESTÃO EMPRESARIAL LTDA	
Referência	Critério	Pontuação	Pontuação	Comentários	Pontuação	Comentários
EDITAL – 8.1.1	O atendimento ao escopo detalhado no Anexo I – Termo de Referência do presente Edital e a observância das diretrizes e premissas eventualmente definidas pela COMPESA	5	2,24	Realizada Proporção dos itens atendidos do Anexo I.	4,89	Realizada Proporção dos itens atendidos do Anexo I.
EDITAL – 8.1.2	A consistência e a coerência das informações que subsidiaram a realização dos projetos, levantamentos, investigações e estudos técnicos;	5	5,0	Realizando uma análise comparativa das propostas, assim como estabelecido no no Anexo II, a Comissão entendeu que todas as propostas possuem consistência e coerência das informações equivalentes	5,0	Realizando uma análise comparativa das propostas, assim como estabelecido no no Anexo II, a Comissão entendeu que todas as propostas possuem consistência e coerência das informações equivalentes
EDITAL – 8.1.3	A adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, utilizando, sempre que possível, equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor;	10	6,0	Realizando uma análise comparativa das propostas, assim como estabelecido no no Anexo II, a comissão entendeu que a não apresentação no estudo de componentes fundamentais como estimativa de custos operacionais, modelo econômico-financeira e matriz de risco, indicaram falhas na adoção de melhores técnicas para estruturação deste tipo de projeto. A comissão entende também que quando aos requisitos técnicos a solução proposta adotou as melhores técnicas e procedimentos científicos.	10,0	Realizando uma análise comparativa das propostas, assim como estabelecido no no Anexo II, a comissão entendeu que os documentos apresentados demonstraram a utilização das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes.
EDITAL – 8.1.4	A compatibilidade com a legislação aplicável ao setor e com as normas técnicas emitidas pelos órgãos e entidades competentes;	10	7,5	- Não atende satisfatoriamente a todos os pontos previstos no para o Caderno de Estudos Jurídicos no Anexo I do Edital PMI COMPESA nº 001/2019, deixando de apresentar documentos essenciais ao andamento do possível futuro certame; - Não elaborou Matriz de Riscos, mesmo havendo previsão expressa no Anexo I do Edital PMI COMPESA nº 001/2019 e na própria Lei 13.303/2016, em seu art. 42, §1º, 'd' da essencialidade desse documento, sobretudo para empreendimentos do porte do proposto. - Os Estudos Jurídicos não apresentaram análise adequada da viabilidade jurídica e da fundamentação legal e regulatória do modelo proposto, deixando fragilizado um possível certame futuro. - Realizando-se uma avaliação qualitativa de modo comparativo, conforme previsto na Etapa 3 do Anexo II do Edital PMI COMPESA nº 001/2019, percebe-se que a profundidade da análise jurídica, a consistência e a correção das informações trazidas, a organização e a didática do Caderno de Estudos Jurídicos trazido pela HIGRA INDUSTRIA LTDA encontram-se abaixo do nível dos estudos apresentados pela “Associação entre as empresas TECHNE ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA e outros”, “Associação entre as empresas ÍNTEGRA PROJETOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA e outras” e “Associação entre as empresas ENGECONSULT CONSULTORES TÉCNICOS LTDA e outros”. Merece, portanto, uma atribuição de nota menor nesse que as mencionadas empresas nesse ponto. O Caderno de Estudos Jurídicos dessa empresa, por outro lado, encontra-se no mesmo patamar que aquele trazido pela SOTIL SERVIÇOS LTDA e pela TRIFASE SOLUÇÕES EM ENERGIA LTDA.	10,0	- Atende satisfatoriamente a todos os pontos previstos no para o Caderno de Estudos Jurídicos no Anexo I do Edital PMI COMPESA nº 001/2019; - Foram apresentados todos os documentos referentes ao processo licitatório (edital, minuta de contratos, modelos de declaração, formulário de propostas, projetos, orçamentos etc.), sendo que a Comissão de Licitação responsável pela condução do possível certame pode sentir a necessidade de alterações ou de esclarecimentos sobre determinados pontos; - A Matriz de Riscos apresentada é satisfatoriamente detalhada e condizente com o compartilhamento de riscos inerente a empreendimentos desse porte, apesar de alguns pontos poderem ser revistos ou acrescentados pela Comissão de Licitação responsável pelo possível certame. - Os Estudos Jurídicos apresentaram análise da viabilidade jurídica e da fundamentação legal e regulatória, bem como propuseram formas de contratação, considerando as premissas constantes deste Edital de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI. - Propõe uma modelagem jurídica que foge do modelo das concessões, regidas pela Lei 8.987/95. Seria um “outro modelo próprio, sob o regime de Direito Privado, ainda que receba a incidência de regulação estatal”, conforme página 09 do Caderno de Estudos Jurídicos, atrelando a regência direta da própria 13.303/2016 (p. 14 do Caderno de Estudos Jurídicos). Prevê um “Contrato de Locação, Operação, Manutenção e Gestão de Sistema de Geração Distribuída”, com a possibilidade de criação de uma “Sociedade de Propósito Específico” (p. 57 do Caderno de Estudos Jurídicos). - Apesar de mencionar, de maneira superficial, a viabilidade jurídica do modelo, seria desejável uma análise mais profunda do arranjo jurídico-contratual proposto, considerando o nível de investimento do contrato e o seu longo prazo de duração. - Por outro lado, a análise da viabilidade regulatória do empreendimento (p. 21 e seguintes do Caderno de Estudos Jurídicos) foi mais completa que as apresentadas pelas demais habilitadas. - Realizando-se uma avaliação qualitativa de modo comparativo, conforme previsto na Etapa 3 do Anexo II do Edital PMI COMPESA nº 001/2019, percebe-se que a profundidade da análise jurídica, a consistência e a correção das informações trazidas, a organização e a didática do Caderno de Estudos Jurídicos trazido pela “Associação entre as empresas ENGECONSULT CONSULTORES TÉCNICOS LTDA e outros” encontram-se no mesmo patamar daqueles apresentados pela “Associação entre as empresas ÍNTEGRA PROJETOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA e outras” e pela “Associação entre as empresas TECHNE ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA e outros”, com o mesmo nível de compatibilidade com a legislação de regência dos contratos firmados por uma empresa estatal. Merecem, portanto, a mesma atribuição de nota nesse ponto. Os Cadernos de Estudos Jurídicos dessas empresas, por outro lado, são mais profundos, completos, coerentes e compatíveis com a legislação de regência das empresas estatais que aqueles trazidos pela SOTIL SERVIÇOS LTDA, pela HIGRA INDUSTRIA LTDA e pela TRIFASE SOLUÇÕES EM ENERGIA LTDA, motivo pelo.
EDITAL – 8.1.5	A demonstração comparativa de custo e benefício do empreendimento em relação a opções funcionalmente equivalentes, se existentes;	10	0,0	Não foi apresentado estudo comparativo de custo e benefício do empreendimento em relação a opções funcionalmente equivalentes.	4,7	Realizando uma análise comparativa das propostas, assim como estabelecido no no Anexo II entendemos que foi realizado estudo comparativo, mas bastante aquém das possibilidades existentes

EDITAL – 8.1.6	O impacto socioeconômico da proposta para o empreendimento, se aplicável.	5	5,0	Realizando uma análise comparativa das propostas, assim como estabelecido no no Anexo II, a Comissão entendeu que todas as propostas possuem impacto socioeconômico equivalente.	5,0	Realizando uma análise comparativa das propostas, assim como estabelecido no no Anexo II, a Comissão entendeu que todas as propostas possuem impacto socioeconômico equivalente.
Redução de Custos	Projeção da Redução de Custo anual na Fatura de Energia (período após implantação final da proposta).	5 pontos - Até R\$ 499 mil	5,0	Foi considerada a pontuação mínima, pois não foi apresentado o material descrevendo os itens e subitens do CADERNO III - Estudos econômico-financeiros, nem a planilha (em excel) da modelagem econômico-financeira. Faltou o essencial para ter a possibilidade de análise da viabilidade do projeto.	0,0	Realizando análise comparativa entre o valor pago à título de locação das usinas fotovoltaicas flutuantes e os valores pagos de energia em unidades de baixa tensão em 2019, a estimativa de redução de custos é de aproximadamente 860 mil reais por ano
		15 pontos - de R\$ 500 mil a R\$ 10 mil	0,0		15,0	
		35 pontos - acima de R\$ 10 mil	0,0		0,0	
Prazo de Implantação	Período entre assinatura do contrato da futura licitação e implantação final da proposta.	15 pontos para períodos de Até 1 (um) ano;	15,0	A proposta prevê um ano de implantação	0,0	A proposta prevê 16 meses de implantação
		10 pontos para períodos de 1 (um) a 2(dois) anos;	0,0		10,0	
		5 pontos para períodos Acima de 2 anos;	0,0		0,0	
Inovação	Para a COMPESA será considerado inovação, propostas de geração de energia em suas unidades.	5	5,0	O estudo considerou a geração hidráulica a partir de adutoras existentes da Compesa	5,0	O estudo considerou usinas fotovoltaicas flutuantes a serem instaladas em barragens da Compesa
Investimentos pelo contratante	Diminuição na Pontuação, em virtude de obrigações financeiras de investimento por parte da contratante.	-0 (zero) pontos – para investimento nenhum	0,0	O modelo de contrato de performance proposto com 5 anos de duração, investimento da ordem de 16,8 milhões e estimativa de geração de energia de 3,2 milhões por ano, torna imperativo que a Compesa invista montante superior a 1 milhão de reais para que o projeto seja viabilizado.	0,0	O modelo de locação proposto não prevê investimentos por parte da Compesa
		-5 (menos cinco) pontos – até 100 mil	0,0		0,0	
		-15 (menos dez) pontos – até 100 mil a R\$ 1mi;	0,0		0,0	

		- 35 (menos vinte pontos) - acima de R\$ 1 mi;	-35,0		0,0	
<b>SOMA DA PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>		<b>100</b>	<b>15,7</b>		<b>69,6</b>	

ITENS PARA AVALIAÇÃO		AVALIAÇÃO - TRIFASE SOLUÇÕES EM ENERGIA LTDA		AVALIAÇÃO - Associação entre as empresas ÍNTEGRA PROJETOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA; SOMA CONSULTORIA EM GESTÃO ENERGÉTICA LTDA; e ENERGO ENGENHARIA E CONSULTORIA EM ENERGIAS LTDA		AVALIAÇÃO - Associação entre as empresas TECHNE ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA; NOVA ENGEVIX ENGENHARIA E PROJETOS S/A; QUANTA CONSULTORIA LTDA; e F2B - FOTOVOLTAICO FLUTUANTE BRASIL LTDA	
Estudo	Descrição	Atende minimamente? (Sim = 1 / Não = 0)	Comentários	Atende minimamente? (Sim = 1 / Não = 0)	Comentários	Atende minimamente? (Sim = 1 / Não = 0)	Comentários
1.1	Resumo da Proposta  5.1.1.1.O Caderno I deverá conter a síntese dos estudos de viabilidade, abordando as informações que deverão estar presentes nos demais Cadernos, de forma a apresentar um conteúdo ao mesmo tempo sintético, podendo ser utilizados recursos gráficos, tabelas, quadros, planilhas, desenhos e figuras que melhor auxiliem na compreensão da proposta oferecida.	1		1	Assim, a COMPESA só pagará a parcela da remuneração do concessionário referente ao arrendamento e utilização da USINA quando esta estiver plenamente apta à operação comercial e for disponibilizada à COMPESA para seu uso e gozo, mantendo-se as responsabilidades de conservação, operação e manutenção ao parceiro privado durante todo o prazo contratual. Da mesma forma, os serviços de gestão de energia só serão pagos após a migração de todas as unidades consumidoras ao Ambiente de Contratação Livre – ACL.	1	
1.2	Resumo da Proposta  i. Autogeração de Grande porte: Nos moldes do mercado livre, em conformidade com a Resolução Normativa Agência Nacional de Energia Elétrica - (Aneel) Nº109/2004 ou suas substitutas; ou	1		1	Construção, operação, manutenção e arrendamento de usina de autoprodução de energia renovável e gestão das unidades consumidoras do Grupo A no Mercado Livre. Através de conexão administrativa	1	A tecnologia de geração apontada pelo presente estudo é a geração solar fotovoltaica
1.3	Resumo da Proposta  Obs: O Proponente deverá indicar uma das duas opções acima; i. Entende-se que mesmo que a solução apresentada seja geração local, a mesma deverá enquadrar-se em uma das modalidades acima; ii. Indicação se a geração/consumo será local e/ou remoto;	1		1		1	

1.4	Resumo da Proposta	i. Apresentação da tecnologia ou conjunto de tecnologias, justificando a escolha da(s) mesma(s) e detalhando suas principais vantagens e desvantagens, custos e benefícios, bem como explicitando sinergias de uso, quando propostas em conjunto;	1		1		1	A alternativa Solar flutuante refere-se à instalação de painéis fotovoltaicos em corpos d'água, como lagos, reservatórios e outros corpos d'água frequentemente subutilizados. O arranjo de engenharia que fosse possível o uso de propriedade da COMPESA através da utilização de apenas 10% da área do espelho da barragem mediante instalação de UFFV associada a Usina Fotovoltaica em Solo (UFV).
1.5	Resumo da Proposta	ii. Prazo médio de implantação de cada tecnologia proposta e vida útil do empreendimento;	1		1		1	O prazo estimado de implantação é de 01 (um) ano tanto para usinas em solo como para usinas flutuantes.
1.6	Resumo da Proposta	i. Descrição e especificações dos elementos do projeto, contemplando estimativa aproximada de investimentos (por kW) e custos operacionais médios (por kWh);	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	
1.7	Resumo da Proposta	c) Panorama legal da execução do projeto;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	
1.8	Resumo da Proposta	d) Localização e adequabilidade do projeto, considerando a necessidade de identificação do local (terrenos, telhados entre outros) adequado, observada a legislação cabível;	1		1		1	
	Resumo da Proposta	e) Formas de aquisição do(s) terreno(s) (quando aplicável);	0	Não foram apresentadas as formas de aquisição do terreno	1		N.A.	A proposta da Techne trata apenas de solar flutuante
	Resumo da Proposta	f) Mapeamento das receitas acessórias que poderão ser aferidas pelo parceiro privado e forma de compartilhamento com o Poder Concedente;	0	Não foram mapeadas receitas acessórias	1		1	
1.9	Resumo da Proposta	g) Parâmetros que nortearão a concepção do projeto, como: (1) Tipos de Unidades de Consumo (2) localização; (3) área disponível e previsão de margem de segurança, técnica e ambiental, ou ampliações, caso necessário; (4) serviços a serem prestados após a implementação, além de outros aspectos relevantes para o estudo em consonâncias com as normas vigentes do Setor Elétrico.	1		1		1	
1.10	Estudo de Engenharia e afins	a) Mensuração e projeção de demanda;	1		1		1	
1.11	Estudo de Engenharia e afins	b) Estudos de engenharia/programa de investimento;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	
1.12	Estudo de Engenharia e afins	c) Estudos operacionais/indicadores de desempenho; e	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	
2.1	Estudo de Engenharia e afins	d) Estudos socioambientais.	1		1		1	

2.2	Estudo de Engenharia e afins	I. Definição das rotas tecnológicas constituintes do projeto, que deverão atender aos conceitos de energia renovável (usinas hidráulicas, eólicas, solares ou biogás);	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1	1	
2.3	Estudo de Engenharia e afins	II. Estruturação dos serviços componentes da rota tecnológica, com cronologia de implementação das usinas de geração de energia;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1	1	
2.4	Estudo de Engenharia e afins	III. Definição das unidades consumidoras com melhores potenciais que irão se beneficiar da geração de energia na Compesa;	1		1	1	
2.5	Estudo de Engenharia e afins	i. Conexão ao sistema de distribuição da concessionária ou rede básica do SIN;	1		1	1	
2.6	Estudo de Engenharia e afins	ii. Considerando preferencialmente a localização em regiões de menor desenvolvimento econômico, com vistas a seu crescimento;	1		1	1	
2.7	Estudo de Engenharia e afins	iii. Considerando preferencialmente a localização em municípios que possuam sistemas, ou unidades, operados pela COMPESA.	1		1	1	
2.8	Estudo de Engenharia e afins	V. Definição de estratégias necessárias para migração de unidades consumidoras do ACR (Ambiente de Contratação Regulado) para o ACL (Ambiente de Contratação Livre);	1		1	1	
2.9	Estudo de Engenharia e afins	VI. Previsão de isenções tributárias já estabelecidas em legislação; mitigação de custos de conexão ao sistema elétrico; mitigação de custos de disponibilidade na geração;	1		1	0	Não evidenciamos documentação que atendessem ao item.
2.10	Estudo de Engenharia e afins	VII. Atividades de operação, manutenção e reinvestimento necessárias para o adequado funcionamento do empreendimento (incluindo descrição das atividades, equipe necessária e periodicidade recomendada de cada serviço técnico);	1		1	1	
2.11	Estudo de Engenharia e afins	VIII. Plano indicando as variáveis de desempenho a serem monitoradas para garantir o desempenho contratado e eventual necessidade de atualização da tecnologia em função da vida útil dos equipamentos;	1		1	1	
2.12	Estudo de Engenharia e afins	IX. Indicação de forma de distribuição, entre a COMPESA e parceiro privado, de riscos técnicos relacionados ao Projeto, com fundamentação da alocação;	1		1	1	
2.13	Estudo de Engenharia e afins	X. Relação de seguros a serem contratados pelo parceiro privado que sejam pertinentes ao adequado desenvolvimento do Projeto.	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1	1	

2.14	Estudo de Engenharia e afins	a) Área de abrangência do sistema;	1		1		1	
2.15	Estudo de Engenharia e afins	b) Projeção de demanda;	1		1		1	
2.16	Estudo de Engenharia e afins	c) <i>Market Sounding</i> ;	1		1		1	
2.17	Estudo de Engenharia e afins	d) Estudos de redução de custos;	1		1		1	
2.18	Estudo de Engenharia e afins	e) Análises de <i>benchmarking</i> .	1		1		1	
2.19	Estudo de Engenharia e afins	a) Análise de <i>due diligence</i> , contendo inventário da infraestrutura existente, situação patrimonial e avaliação da capacidade instalada (quando aplicável);	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	
2.20	Estudo de Engenharia e afins	b) Diagnóstico da infraestrutura existente, com a identificação do estado de conservação e indicação de ações necessárias ao restabelecimento das capacidades operacionais, caso precisem;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	
2.21	Estudo de Engenharia e afins	c) Descritivo conceitual com infraestrutura necessária, acompanhada das especificações mínimas para todas as instalações, equipamentos/acessórios e serviços a serem prestados;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	
2.22	Estudo de Engenharia e afins	d) Cronograma físico das obras de implantação;	1		1		1	
2.23	Estudo de Engenharia e afins	e) Estimativa de custos (CAPEX) das ações identificadas no item b), bem como das instalações a serem implementadas, utilizando as tabelas de referência da COMPESA e SINAPI mais atualizadas;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	
2.24	Estudo de Engenharia e afins	f) Capacidade total (em potência instalada) das usinas de geração de energia, da produção média de energia ao longo do tempo, considerando degradações por desgaste e defasamento de tecnologia no tempo, até o final de sua vida útil, incluindo informações sobre sua capacidade mensal;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	
2.25	Estudo de Engenharia e afins	g) Descrição e análise da Plataforma tecnológica disponível no mercado para a prestação dos serviços, bem como suas vantagens e desvantagens, considerando sustentabilidade ambiental, social e financeira;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	
3.1	Estudo de Engenharia e afins	h) Sistemas e equipamentos necessários, incluindo a previsão para atualizações;	1		1		1	
3.2	Estudo de Engenharia e afins	i) Quadro mínimo de áreas para instalação de usinas geradoras;	1		1		1	
3.3	Estudo de Engenharia e afins	j) Diretrizes construtivas;	1		1		1	

3.4	Engenharia e afins	k) Identificação, mapeamento e caracterização das áreas abrangidas pelo projeto, contendo planta de situação do entorno do empreendimento e estudos topográficos e/ou geotécnicos, quando aplicável;	1		1	1	
3.5	Engenharia e afins	l) Análise de regularidade da implantação deste tipo de empreendimento perante as autoridades competentes; e	1		1	1	
3.6	Engenharia e afins	i. da autoridade fiscalizadora do contrato;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1	0	Não evidenciamos documentação que atendessem ao item.
3.7	Engenharia e afins	ii. da Agência Reguladora Aplicável;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1	1	
3.8	Engenharia e afins	iii. do Verificador Independente;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1	0	Não evidenciamos documentação que atendessem ao item.
3.9	Engenharia e afins	iv. do Operador privado;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1	0	Não evidenciamos documentação que atendessem ao item.
4.1	Engenharia e afins	v. do Agente Financeiro;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1	0	Não evidenciamos documentação que atendessem ao item.
4.2	Engenharia e afins	vi. da Concessionária ou Transmissora de energia; e	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1	0	Não evidenciamos documentação que atendessem ao item.
4.3	Engenharia e afins	vii. dos órgãos públicos envolvidos.	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1	0	Não evidenciamos documentação que atendessem ao item.
4.4	Engenharia e afins	b) Estruturação do plano de operação, conservação, manutenção, recuperação e modernização da infraestrutura, de modo a garantir que as condições operacionais dos serviços concessionados mantenham-se adequadas durante toda a vigência da concessão;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1	1	
4.5	Engenharia e afins	c) Identificação e mapeamento dos macroprocessos;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1	1	
4.6	Engenharia e afins	d) A estimativa de custos e despesas para a operação (OPEX), de modo que as estimativas sejam segregadas no maior nível de detalhamento possível, dividindo-se no mínimo entre administração, apoio à operação, manutenção geral das instalações, tecnologia da informação, limpeza e conservação, vigilância, considerando que também poderão ser encaminhadas propostas que abarquem outros itens que se julgar relevantes;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1	1	
4.7	Engenharia e afins	e) Projeção do prazo ideal para a concessão (do contrato), dentro dos limites da legislação vigente e também devidamente justificado por meio das análises e cálculos que a motivaram;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1	1	



4.8	Estudo de Engenharia e afins	f) Projeção de demanda para utilização das estruturas de operação para os serviços a serem concessionados, contemplando todo o período de concessão proposto, acompanhada da memória de cálculo que evidencie as variáveis independentes e as premissas utilizadas;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	
4.9	Estudo de Engenharia e afins	g) Plano de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, avaliando e justificando a necessidade de contratação de verificador independente;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	
4.10	Estudo de Engenharia e afins	h) Proposta de sistema de mensuração de desempenho com indicadores que permitam estabelecer e avaliar o nível de serviço, contendo seu objetivo, forma de medição, unidade de medida, periodicidade do cálculo/aferição, fonte de coleta de dados, forma de apresentação da nota e ainda observações necessárias para dirimir dúvidas ou dupla interpretação.	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	
4.11	Estudo de Engenharia e afins	a) Pesquisa de indicadores socioambientais;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	
4.12	Estudo de Engenharia e afins	b) Verificação e avaliação do impacto ambiental do sistema;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	
4.13	Estudo de Engenharia e afins	c) Avaliação dos impactos e riscos ambientais associados à implementação da infraestrutura e operação do sistema, bem como definição de um conjunto de iniciativas e ações para a preservação e restauração dos recursos ambientais e qualquer resíduo de interesse científico, geológico, histórico e arqueológico, mantendo sua disponibilidade e uso racional;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	
4.14	Estudo de Engenharia e afins	d) Indicadores de desempenho da gestão ambiental e social do concessionário;	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	
4.15	Estudo de Engenharia e afins	e) Propostas de contratação de mão de obra local para dos empreendimentos; e	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	
4.16	Estudo de Engenharia e afins	f) Propostas de ações de educação ambiental.	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	
4.17	Estudo de Engenharia e afins	5.1.2.7. Os estudos socioambientais não substituirão em hipótese alguma aqueles que serão requeridos no Termo de Referência – TR, expedido pelo órgão licenciador, a exemplo do relacionado com os Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, quando aplicável ao empreendimento, no momento do procedimento do licenciamento ambiental.	0	Não foi apresentado documento que atenda ao referido item	1		1	

Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	a) Modelo econômico-financeiro;	1	O modelo econômico-financeiro não contemplou alguns itens importantes: Não foi apresentada a estrutura de financiamento do projeto; não foi identificado o Balanço Patrimonial, o quadro de indicadores de desempenho operacional e o estudo das garantias necessárias à concessão não foram apresentados. A falta de alguns itens tornam o modelo com dados frágeis para a boa análise de viabilidade do projeto.	1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	b) Modelo de negócio;	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	c) Estrutura de financiamento; e	0	Não foi apresentada a estrutura de financiamento. Foi suposto no estudo que todo o investimento, cerca de 100 milhões, do projeto seriam feitos com recursos próprios, sendo que as empresas utilizam a captação de recursos como forma de diluição de riscos e planejamento tributário, já que a amortização do capital não paga IRPJ, nem CSLL.	1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	d) <i>Value for money</i> .	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	5.1.3.2.O presente Caderno tratará da descrição detalhada de todos os investimentos a serem realizados vinculados às premissas utilizadas, contemplando desde instalações físicas, equipamentos industriais a serem instalados, até mobiliários e veículos necessários para operação, além de custos de prestação dos referidos serviços durante todo o período de concessão, bem como medidas mitigadoras que se fizerem necessárias	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	5.1.3.3.Deverão ser consideradas as normas internacionais de contabilidade (IFRS) na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis projetadas.	1	Não foi identificado o Balanço Patrimonial - BP	1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	5.1.3.4.Deverão ser encaminhadas planilhas digitais abertas, automatizadas e desbloqueadas, contendo o modelo econômico-financeiro da concessionária ao longo de todo o prazo de concessão, evidenciando todas as premissas utilizadas para a sua elaboração, expondo as fórmulas de cálculo e a origem dos dados.	1		1		1	

Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	a) Proposta de modelo de financiamento, com base na análise de viabilidade financeira, bem como do valor da contraprestação pública;	0	Não foi apresentada a estrutura de financiamento	1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	b) Indicação de instrumentos tributários e urbanísticos de arrecadação e recuperação de mais valia fundiária que viabilizem a implantação do projeto;	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	i. pré-implantação – estudo de viabilidade ambiental, econômico e social, aquisição de terrenos e/ou regularização fundiária, projetos e licenciamentos ambientais, etc.;	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	ii. implantação – definição, aquisição e arrendamento da área (quando aplicável), projetos executivos, aprovação da conexão na concessionária/transmissora de energia, obras civis (quando aplicável), fornecimento de materiais e equipamentos, montagem eletromecânica, comissionamento, conexão com o sistema elétrico;	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	iii. operação;	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	iv. encerramento e monitoramento.	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	i. calcular e projetar os custos variáveis da operação do sistema proposto;	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	ii. calcular e projetar os custos fixos da operação do sistema proposto;	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	iii. calcular e projetar as despesas da concessionária; e	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	iv. calcular e projetar os tributos e taxas de regulação/fiscalização pagos pela concessionária.	1		1		1	

Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	i. incorporar a projeção detalhada de cada item da receita anual da concessionária;	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	ii. incorporar a projeção detalhada de cada item das despesas e custos anuais da concessionária (despesas diretas, indiretas, tributos, depreciação, etc.);	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	iii. projetar, detalhadamente, a despesa com o custo de capital necessário para o financiamento do investimento;	0	Não foi apresentada estrutura de financiamento	1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	iv. explicitar o WACC do empreendimento, bem como o Ke da empresa, ou grupo;	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	v. elaborar Plano de Investimentos e Reinvestimentos contendo no mínimo: detalhamento e estimativa dos Investimentos fixos e pré-operacionais; cronograma de Investimento; quantificação da necessidade de capital de giro; detalhamento e estimativa dos reinvestimentos; Cronograma dos Reinvestimentos; Critérios para Reversibilidade de Bens Reversíveis;	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	vi. estimar faturamento;	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	vii. elaborar demonstrações de resultado;	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	viii. considerar os efeitos tributários da desapropriação e outros instrumentos que busquem eficiência tributária do negócio;	0	Não foi realizada essa análise	1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	ix. elaborar o Fluxo de Caixa detalhado do projeto;	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	x. calcular os indicadores econômicos (TIR, VPL, Breakeven, Payback, dentre outros) e indicar a forma mais adequada de condução do processo licitatório de concessão (licitação em lote único ou vários lotes), considerando a presença de economias de escala nessas diferentes configurações de lote;	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	xi. apresentar cenários distintos, considerando o aporte ou não de recursos por parte dos municípios;	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	xii. estimar a contraprestação pública para a viabilidade do negócio e definição das garantias de pagamento.	1		1		1	

Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	f) Relatório contendo matriz de riscos e sua quantificação – analisar os possíveis riscos, inclusive de demanda, inovação tecnológica, ambientais; e obtenção das licenças necessárias bem como outros que sejam capazes de afetar a operacionalização do negócio;	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	i. indicar quais indicadores compõem o Quadro de Indicadores, bem como a forma de cálculo;	0	Não foi utilizado no estudo indicadores de desempenho para o operação do sistema	1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	ii. considerar eventos de <i>stress</i> dos indicadores de desempenho nos indicadores financeiros;	0	Não foi utilizado no estudo indicadores de desempenho para o operação do sistema	1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	iii. descrição de procedimentos, forma e periodicidade em que cada indicador de desempenho será medido.	0	Não foi utilizado no estudo indicadores de desempenho para o operação do sistema	1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	i. a forma com que os indicadores de desempenho interferirão na remuneração;	0	Não foi utilizado no estudo indicadores de desempenho para o operação do sistema	1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	ii. o prazo de duração do contrato;	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	iii. o regime tributário aplicável aos investimentos e receita do concessionário;	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	iv. indicação de critérios para atualização monetária do contrato;	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	i) Relatório sobre a estrutura de garantias necessárias à concessão, devendo incluir o resultado da realização das seguintes tarefas:	0	Não foi identificado no estudo este relatório	1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	i. identificação do volume, tipo e características das garantias necessárias para assegurar a atratividade econômica da concessão;	0	Não foi identificado esta análise no estudo	1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	ii. estudo de Custo de Oportunidade do concessionário.	1		1		1	
Estudo de Viabilidade Econômico-financeira	j) Análise de viabilidade financeira, a partir dos custos levantados para implantação do sistema e das estimativas de receita e ganhos financeiros provenientes de sua implantação e operação, de forma a permitir a definição do modelo de financiamento, tempo mínimo de retorno dos investimentos, taxa interna de retorno (TIR) e contraprestação.	1		1		1	
Modelagem Jurídica	a) Edital;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	b) Contrato; e	1		1		1	
Modelagem Jurídica	c) Matriz de risco.	0	Não foi apresentada a matriz de riscos	1		1	

Modelagem Jurídica	5.1.4.2.Os Estudos Jurídicos deverão envolver a análise da fundamentação legal e regulatória, bem como propor formas de contratação, considerando as premissas constantes deste Edital de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI.	0	Não foi realizada essa análise	1		1	
Modelagem Jurídica	5.1.4.3. As proposições acerca das modalidades de contratação deverão ser embasadas em avaliação jurídica da viabilidade dos modelos institucionais alternativos, ou complementares, para financiamento e implantação do projeto, além de detalhadamente justificadas e fundamentadas.	0	Não foi realizada análise dos modelos institucionais alternativos, ou complementares	1		1	
Modelagem Jurídica	a) a modelagem para constituição de consórcio, se for o caso;	N.A.		1		1	
Modelagem Jurídica	b) as responsabilidades do Consórcio, se for o caso, da Compesa, da Concessionária/Transmissora de Energia, de Agência Reguladora e de eventuais outros agentes envolvidos;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	d) mapeamento das opções que os Consórcios, ou parcerias, para viabilizar o arranjo jurídico necessário para a implementação do projeto;	N.A.		1		1	
Modelagem Jurídica	e) pareceres jurídicos fundamentados com análise da viabilidade jurídica do modelo proposto (aspectos constitucionais, regulatórios, administrativos, ambientais, civis, trabalhistas, e tributários), inclusive com estudo de casos similares anteriores, indicando legislação, doutrina e jurisprudência (inclusive dos Tribunais de Contas) sobre o modelo;	0	Não foram apresentados pareceres jurídicos fundamentados.	1		1	
Modelagem Jurídica	ii. minuta do Edital de Licitação, com definição do objeto da contratação ou parceria e todos os seus anexos;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	iii. minutas dos instrumentos contratuais (contratos, termos de parceria, convênios de cooperação, contratos de programa, etc.).	1		1		1	
Modelagem Jurídica	g) critérios de julgamento da licitação;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	h) critérios de qualificação técnica e econômico-financeira ou os requisitos para a celebração das parcerias e eventuais condições precedentes à assinatura do contrato ou termo;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	i) o prazo e o valor estimado do instrumento contratual;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	j) o mecanismo de remuneração do concessionário e as fontes de receitas deste;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	k) a matriz de risco e as medidas mitigatórias de eventual responsabilização do poder público no tocante às obras e serviços;	0	Não foi apresentada matriz de riscos	1		1	

Modelagem Jurídica	m) as obrigações das partes, incluindo a eventual descrição de seguros de contratação obrigatória pelo concessionário;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	n) As hipóteses de infração e as respectivas sanções aplicáveis;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	o) o mecanismo de regulação e fiscalização da parceria ou contrato;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	p) a estrutura de garantias;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	i. O objeto e seus elementos característicos;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	ii. O regime de execução ou a forma de fornecimento;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	iii. Índices de desempenho a serem considerados;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	iv. hipóteses de rescisão e os mecanismos para alterações de seus termos;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	v. valores das indenizações;	N.A.		1		1	
Modelagem Jurídica	vi. hipóteses de encampação;	N.A.		1		1	
Modelagem Jurídica	vii. reversão dos bens ao final do contrato;	N.A.		1		1	
Modelagem Jurídica	viii. previsão da regulação e fiscalização do contrato pela Agência Reguladora, e/ou Compesa;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	ix. o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	x. os prazos de início de cada etapa de execução, de conclusão, de entrega, de observação, quando for o caso, e do recebimento;	N.A.		1		1	
Modelagem Jurídica	xi. as garantias oferecidas para assegurar a plena execução do objeto contratual, quando exigidas;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	xii. os direitos e as responsabilidades das partes, as tipificações das infrações e as respectivas penalidades para o inadimplemento das obrigações e valores das multas;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	xiv. estabelecimento de regras de pagamento vinculadas ao desempenho na execução do contrato, por meio de padrões de qualidade e disponibilidade previamente definidos;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	xvi. a vinculação ao instrumento convocatório da respectiva licitação, bem como ao lance ou proposta do licitante vencedor;	1		1		1	
Modelagem Jurídica	xvii. a obrigação do contratado de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;	1		1		1	

ITENS PARA AVALIAÇÃO			AVALIAÇÃO - TRIFASE SOLUÇÕES EM ENERGIA LTDA		AVALIAÇÃO - Associação entre as empresas ÍNTEGRA PROJETOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA; SOMA CONSULTORIA EM GESTÃO ENERGÉTICA LTDA; e ENERGO ENGENHARIA E CONSULTORIA EM ENERGIAS LTDA		AVALIAÇÃO - Associação entre as empresas TECHNE ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA; NOVA ENGEVIX ENGENHARIA E PROJETOS S/A; QUANTA CONSULTORIA LTDA; e F2B - FOTOVOLTAICO FLUTUANTE BRASIL LTDA	
Referência	Critério	Pontuação	Pontuação	Comentários	Pontuação	Comentários	Pontuação	Comentários
EDITAL – 8.1.1	O atendimento ao escopo detalhado no Anexo I – Termo de Referência do presente Edital e a observância das diretrizes e premissas eventualmente definidas pela COMPESA	5	3,1	Realizada Proporção dos itens atendidos do Anexo I.	5,0	Realizada Proporção dos itens atendidos do Anexo I.	4,7	Realizada Proporção dos itens atendidos do Anexo I.
EDITAL – 8.1.2	A consistência e a coerência das informações que subsidiaram a realização dos projetos, levantamentos, investigações e estudos técnicos;	5	3,8	Realizando uma análise comparativa das propostas, assim como estabelecido no no Anexo II, a comissão entendeu que o estudo não apresentou algumas informações relevantes para subsidiar o projeto como: estimativa de custos operacionais, panorama legal da execução do projeto, avaliação dos impactos e riscos ambientais, entre outras.	5,0	Realizando uma análise comparativa das propostas, assim como estabelecido no no Anexo II, a comissão entendeu que os documentos apresentados mostraram coerência nas informações que subsidiaram o estudo.	3,7	Realizando uma análise comparativa das propostas, assim como estabelecido no no Anexo II, a comissão entendeu que existiram incoerências quanto ao prazo de implementação da proposta (vide explicação quanto ao prazo de implementação mais abaixo) e a projeção de demanda (vide explicação quanto a técnica adotada).
EDITAL – 8.1.3	A adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, utilizando, sempre que possível, equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor;	10	5,7	Realizando uma análise comparativa das propostas, assim como estabelecido no no Anexo II, a comissão entendeu que a não apresentação no estudo de componentes fundamentais como estimativa de custos operacionais, estimativa de custo do capital, estrutura de garantias e matriz de risco, indica falha na adoção de melhores técnicas para estruturação deste tipo de projeto	10,0	Realizando uma análise comparativa das propostas, assim como estabelecido no Anexo II, a comissão entendeu que os documentos apresentados demonstraram a utilização das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes. O mesmo focou na solução de geração para atender as cargas existentes e suas peculiaridades, conforme explicitado no ANEXO III – 001 2019 do edital (Nota Técnica – Estudo de Aspectos de Consumo), demonstrando maior concordância com o estabelecido no edital no que tange a 4.1 item e) e por conseguinte propondo uma potencial de geração compatível com a mesma, conforme 4.1 d). O conjunto de unidades escolhidos para migração proporcionará menor risco a exposição na liquidação das diferenças de curto prazo do ACL.	7,7	Realizando uma análise comparativa das propostas, assim como estabelecido no no Anexo II, observamos que foi adotada uma projeção de crescimento do consumo de energia da Compesa. Assim, a proposta buscou atender cargas existentes e futuras realizando a maior migração possível de unidades para o ACL. Porém, entendemos que tal solução, de cunho abrangente, pode gerar risco de exposição na liquidação das diferenças a curto prazo, atendendo parcialmente as peculiaridades de consumo da Compesa estabelecidas no item 4.1 d). Dessa forma, entendemos que o potencial de geração proposto não se ateu aos dados existentes, conforme estabelecido no item 4.1 e), mas também considerou um consumo futuro.



<p>EDITAL – 8.1.4</p>	<p>A compatibilidade com a legislação aplicável ao setor e com as normas técnicas emitidas pelos órgãos e entidades competentes;</p>	<p>10</p>	<p>7,5</p>	<p>- Não atende satisfatoriamente a todos os pontos previstos no para o Caderno de Estudos Jurídicos no Anexo I do Edital PMI COMPESA nº 001/2019, deixando de apresentar documentos essenciais ao andamento do possível futuro certame;</p> <p>- Não elaborou Matriz de Riscos, mesmo havendo previsão expressa no Anexo I do Edital PMI COMPESA nº 001/2019 e na própria Lei 13.303/2016, em seu art. 42, §1º, 'd' da essencialidade desse documento, sobretudo para empreendimentos do porte do proposto.</p> <p>- Os Estudos Jurídicos não apresentaram análise adequada da viabilidade jurídica e da fundamentação legal e regulatória do modelo proposto, deixando fragilizado um possível certame futuro.</p> <p>- Realizando-se uma avaliação qualitativa de modo comparativo, conforme previsto na Etapa 3 do Anexo II do Edital PMI COMPESA nº 001/2019, percebe-se que a profundidade da análise jurídica, a consistência e a correção das informações trazidas, a organização e a didática do Caderno de Estudos Jurídicos trazido pela TRIFASE SOLUÇÕES EM ENERGIA LTDA encontram-se abaixo do nível dos estudos apresentados pela “Associação entre as empresas TECHNE ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA e outros”, “Associação entre as empresas ÍNTEGRA PROJETOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA e outras” e “Associação entre as empresas ENGECONSULT CONSULTORES TÉCNICOS LTDA e outros”. Merece, portanto, uma atribuição de nota menor nesse que as mencionadas empresas nesse ponto. O Caderno de Estudos Jurídicos dessa concorrente, por outro lado, encontra-se no mesmo patamar que aquele trazido pela SOTIL SERVIÇOS LTDA e pela HIGRA INDUSTRIA LTDA nesse ponto.</p>	<p>10,0</p>	<p>- Atende satisfatoriamente a todos os pontos previstos no para o Caderno de Estudos Jurídicos no Anexo I do Edital PMI COMPESA nº 001/2019;</p> <p>- Foram apresentados todos os documentos referentes ao processo licitatório (edital, minuta de contratos, modelos de declaração, formulário de propostos, projetos, orçamentos etc.), sendo que a Comissão de Licitação responsável pela condução do possível certame pode sentir a necessidade de alterações ou de esclarecimentos sobre determinados pontos;</p> <p>- A Matriz de Riscos apresentada é bem detalhada e condizente com o compartilhamento de riscos inerente a empreendimentos desse porte, apesar de alguns pontos poderem ser revistos ou acrescentados pela Comissão de Licitação responsável pelo possível certame.</p> <p>- Os Estudos Jurídicos apresentaram análise da viabilidade jurídica e da fundamentação legal e regulatória, bem como propuseram algumas formas de contratação, considerando as premissas constantes deste Edital de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI.</p> <p>- Após sopesar as vantagens e desvantagens dos modelos propostos, a habilitada elegeu a Parceria Público-Privada na modalidade Administrativa (Art. 2º, §2º da Lei Federal nº 11.079/04) como o mais adequado ao empreendimento (p. 20 e seguintes do Caderno de Estudos Jurídicos).</p> <p>- Desempenhou análise suficiente do modelo de regulação brasileiro, apesar de não ter realizado, expressamente, no Cadernos de Estudos Jurídicos, a efetiva demonstração de subsunção do modelo de regulação ao caso específico da COMPESA (p. 7 e seguintes do Caderno de Estudos Jurídicos).</p> <p>- Realizando-se uma avaliação qualitativa de modo comparativo, conforme previsto na Etapa 3 do Anexo II do Edital PMI COMPESA nº 001/2019, percebe-se que a profundidade da análise jurídica, a consistência e a correção das informações trazidas, a organização e a didática do Caderno de Estudos Jurídicos trazido pela “Associação entre as empresas ÍNTEGRA PROJETOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA e outras” encontram-se no mesmo patamar daqueles apresentados pela “Associação entre as empresas ENGECONSULT CONSULTORES TÉCNICOS LTDA e outros” e pela “Associação entre as empresas TECHNE ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA e outros”, com o mesmo nível de compatibilidade com a legislação de regência dos contratos firmados por uma empresa estatal. Merecem, portanto, a mesma atribuição de nota nesse ponto. Os Cadernos de Estudos Jurídicos dessas empresas, por outro lado, são mais profundos, completos, coerentes e compatíveis com a legislação de regência das empresas estatais que aqueles trazidos pela SOTIL SERVIÇOS LTDA, pela HIGRA INDUSTRIA LTDA e pela TRIFASE SOLUÇÕES EM ENERGIA LTDA.</p>	<p>10,0</p>	<p>- Atende satisfatoriamente a todos os pontos previstos no para o Caderno de Estudos Jurídicos no Anexo I do Edital PMI COMPESA nº 001/2019;</p> <p>- Foram apresentados todos os documentos referentes ao processo licitatório (edital, minuta de contratos, modelos de declaração, formulário de propostos, projetos, orçamentos etc.), sendo que a Comissão de Licitação responsável pela condução do possível certame pode sentir a necessidade de alterações ou de esclarecimentos sobre determinados pontos;</p> <p>- A Matriz de Riscos apresentada é satisfatoriamente detalhada e condizente com o compartilhamento de riscos inerente a empreendimentos desse porte, apesar de alguns pontos poderem ser revistos ou acrescentados pela Comissão de Licitação responsável pelo possível certame.</p> <p>- Os Estudos Jurídicos apresentaram análise da viabilidade jurídica e da fundamentação legal e regulatória, bem como propuseram formas de contratação, considerando as premissas constantes deste Edital de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI.</p> <p>- Desempenhou análise suficiente do modelo de regulação brasileiro, apesar de não ter realizado, expressamente, no Cadernos de Estudos Jurídicos, a efetiva demonstração de subsunção do modelo de regulação ao caso específico da COMPESA. (p. 3 e seguintes do Caderno de Estudos Jurídicos)</p> <p>- Propõe uma Parceria Público-Privada na modalidade Administrativa, nos termos do art. 2º, §2º da Lei Federal nº 11.079/04, trazendo análise do instituto e estudo de casos similares nos quais se utilizou essa modalidade de contratação para empreendimentos análogos ao objeto da presente PMI (p. 32 e seguintes do Caderno de Estudos Jurídicos).</p> <p>- Realizando-se uma avaliação qualitativa de modo comparativo, conforme previsto na Etapa 3 do Anexo II do Edital PMI COMPESA nº 001/2019, percebe-se que a profundidade da análise jurídica, a consistência e a correção das informações trazidas, a organização e a didática do Caderno de Estudos Jurídicos trazido pela “Associação entre as empresas TECHNE ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA e outros” encontram-se no mesmo patamar daqueles apresentados pela “Associação entre as empresas ÍNTEGRA PROJETOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA e outras” e pela “Associação entre as empresas ENGECONSULT CONSULTORES TÉCNICOS LTDA e outros”, com o mesmo nível de compatibilidade com a legislação de regência dos contratos firmados por uma empresa estatal. Merecem, portanto, a mesma atribuição de nota nesse ponto. Os Cadernos de Estudos Jurídicos dessas empresas, por outro lado, são mais profundos, completos, coerentes e compatíveis com a legislação de regência das empresas estatais que aqueles trazidos pela SOTIL SERVIÇOS LTDA, pela HIGRA INDUSTRIA LTDA e pela TRIFASE SOLUÇÕES EM ENERGIA LTDA.</p>
-----------------------	--	-----------	------------	---	-------------	---	-------------	--

EDITAL – 8.1.5	A demonstração comparativa de custo e benefício do empreendimento em relação a opções funcionalmente equivalentes, se existentes;	10	0,0	Não foi apresentado estudo comparativo de custo e benefício do empreendimento em relação a opções funcionalmente equivalentes.	8,5	Realizando uma análise comparativa das propostas, assim como estabelecido no no Anexo II entendemos que foi realizado estudo comparativo, mas não tão amplo quanto o da melhor pontuada.	10,0	Realizando uma análise comparativa das propostas, assim como estabelecido no no Anexo II, a comissão entendeu que foi o estudo que melhor atendeu ao referido item, pois realizou análise ampla, explorando o potencial de geração de diversas fontes de energia inclusive em áreas da Compesa. Não obstante a comissão entendeu, inclusive que tal estudo pode ser utilizado em futuras soluções de geração a serem adotadas na empresa.
EDITAL – 8.1.6	O impacto socioeconômico da proposta para o empreendimento, se aplicável.	5	5,0	Realizando uma análise comparativa das propostas, assim como estabelecido no no Anexo II, a Comissão entendeu que todas as propostas possuem impacto socioeconômico equivalente.	5,0	Realizando uma análise comparativa das propostas, assim como estabelecido no no Anexo II, a Comissão entendeu que todas as propostas possuem impacto socioeconômico equivalente.	5,0	Realizando uma análise comparativa das propostas, assim como estabelecido no no Anexo II, a Comissão entendeu que todas as propostas possuem impacto socioeconômico equivalente.
Redução de Custos	Projeção da Redução de Custo anual na Fatura de Energia (período após implantação final da proposta).	5 pontos - Até R\$ 499 mil	0,0	Apesar de a redução do seu custo ficar acima de R\$ 10 mi, a sua modelagem econômica-financeira não apresentou estruturas importantes para a análise do projeto e sua respectiva viabilidade: estrutura de financiamento do projeto, garantias necessárias a concessão, quadro de indicadores de desempenho operacional, balanço patrimonial. Estas ausências geraram reduções das pontuações nos critérios 8.1.1 a 8.1.3	0,0	A redução de custos ficou acima de R\$ 10 mi e de modo geral o modelo econômico-financeiro atendeu as estruturas dos elementos constitutivos, da elaboração e da apresentação de uso corrente no mercado. Além de não apresentarem erros aparentes em suas fórmulas e cálculos na modelagem.	0,0	A redução de custos ficou acima de R\$ 10 mi e de modo geral o modelo econômico-financeiro atendeu as estruturas dos elementos constitutivos, da elaboração e da apresentação de uso corrente no mercado. Além de não apresentarem erros aparentes em suas fórmulas e cálculos na modelagem.
		15 pontos – de R\$ 500 mil a R\$ 10 mi a	0,0		0,0		0,0	
		35 pontos - acima de R\$ 10 mi	35,0		35,0		35,0	
Prazo de Implantação	Período entre assinatura do contrato da futura licitação e implantação final da proposta.	15 pontos para períodos de Até 1 (um) ano;	0,0	Considerando que a solução proposta seria de usinas de menor porte, se comparadas aos demais estudos analisados, entendemos que o prazo informado está coerente.	0,0	Realizando uma análise comparativa entre os estudos propostos, consideramos coerente o prazo de implementação proposta de 2 a 3 anos.	0,0	A documentação informa a que a UFV (solo) tem licenciamento de 6 meses a 1,5 anos. Não sendo compatível com o prazo de implantação de 1 ano informado na proposta. Pelo exposto, realizando uma análise comparativa com os demais estudos a comissão entendeu que deveria considerar que a solução estaria implementada com dois ou mais anos.
		10 pontos para períodos de 1 (um) a 2(dois) anos;	10,0		0,0		0,0	
		5 pontos para períodos Acima de 2 anos;	0,0		5,0		5,0	
Inovação	Para a COMPESA será considerado inovação, propostas de geração de energia em suas unidades.	5	0,0	A proposta não considerou o aproveitamento de áreas de unidades da Compesa	0,0	A proposta não considerou o aproveitamento de áreas de unidades da Compesa	1,2	Foi considerada a proporção da geração que seria gerada em unidades da Compesa. Ou seja, 24% (vinte e quatro por cento) do total da proposta

Investimentos pelo contratante	Diminuição na Pontuação, em virtude de obrigações financeiras de investimento por parte da contratante.	-0 (zero) pontos – para investimento o nenhum	0,0	A proposta não indicou necessidade de investimento por parte da contratante	A proposta não indicou necessidade de investimento por parte da contratante	A proposta não indicou necessidade de investimento por parte da contratante	0,0	
		-5 (menos cinco) pontos – até 100 mil	0,0				0,0	
		-15 (menos dez) pontos – até 100 mil a R\$ 1mi;	0,0				0,0	
		- 35 (menos vinte pontos) - acima de R\$ 1 mi;	0,0				0,0	
<b>SOMA DA PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>		<b>100</b>	<b>70,05</b>				<b>83,50</b>	<b>82,28</b>